

Economia - Brasil

Carga tributária será maior

São Paulo - As medidas adicionais de ajuste fiscal, anunciadas hoje pela equipe econômica do governo, aumentam a carga tributária das empresas, mas são positivas por demonstrar disposição de alcançar as metas negociadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo avaliação de economistas. "As medidas são facilmente executáveis e, por isso, possuem razoável credibilidade", observou Marcelo Allain, diretor de Análise Econômica do Banco BMC. "O que foi anunciado deve permitir o alcance do superávit primário de R\$ 16,3 bilhões em 1999", ponderou Rita Rodrigues, da Tendências Consultoria Integrada.

Para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Antônio Skaf, todas as medidas que "onera a produção deveriam ser evitadas porque aumentam o custo Brasil e dificultam a competitividade das empresas brasileiras".

As principais reclamações, avaliam, devem ficar para a medida que determina que a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) passa a incidir também sobre os juros que remuneravam o capital próprio das empresas. "A medida aumenta a carga tributária das empresas e pode provocar algum impacto sobre o programa de priva-

tização do próximo ano no sentido de reduzir o preço de venda das companhias estatais", ponderou Rita. Para Allain, a medida "reduz o lucro das empresas".

Rita explica que é justamente a perspectiva de um lucro menor após a compra é que deverá reduzir o preço que os investidores estarão dispostos a pagar por empresas a serem privatizadas. O preço de um negócio no presente é determinado pela estimativa de lucro futuro que o comprador pode ter com a aquisição de uma empresa, ponderou. "O preço de venda das estatais será influenciado negativamente", disse a economista da Tendências.

"Todas as medidas, que como esta, oneram o custo de produção e prejudicam o emprego não podem ser apoiadas pelos empresários", ponderou Paulo Skaf, vice-presidente da Fiesp e presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit).

As medidas, mais uma vez, privilegiam o aumento da receita e não o corte de gastos, ponderou Rita, lembrando do pacote de 51 medidas de ajuste fiscal adotado em novembro de 1997. "Mais uma vez, o governo tapa o buraco com elevação de impostos", disse ela, classificando as medidas de "ruins". "O lado positivo é a disposição de fazer o ajuste fiscal", acrescentou.